

PCPR desmonta esquema de venda ilegal de remédio para dependência química na RMC

21/08/2025

Segurança Pública

A Polícia Civil do Paraná (PCPR) prendeu dois homens e duas mulheres durante operação contra um esquema de venda de ibogaína, substância não licenciada para uso no Brasil e empregada para o tratamento da dependência química. A ação aconteceu nesta quarta-feira (20), em Piraquara, na Região Metropolitana, e em Curitiba.

A operação é resultado de uma investigação iniciada em dezembro de 2024. Na ocasião, a vítima procurou a unidade da PCPR para denunciar que havia sido internada involuntariamente para tratamento psiquiátrico em uma clínica na cidade de Piraquara. No local, recebeu tratamento com medicamentos psicodélicos à base de ibogaína no valor de R\$ 12 mil, que foi depositado na conta corrente de uma psicóloga presa em flagrante durante a ação.

Um dos alvos da operação foi uma advogada, de 51 anos, localizada em seu apartamento, em Curitiba. No local, os policiais civis encontraram 390 gramas de substância semelhante à ibogaína - que a suspeita tentou descartar no vaso sanitário - cápsulas de remédios para envase da substância, além de diversas receitas de medicação controlada assinadas e carimbadas por uma médica psiquiatra de Santa Catarina. O carimbo foi encontrado em posse da suspeita, além de carimbos de outros profissionais de saúde e receituários médicos.

- [**Projeto Falcão chega a 2,3 mil missões e causa R\\$ 90 milhões de prejuízo ao tráfico**](#)

Na clínica, em Piraquara, foram localizadas e apreendidas substâncias análogas à ibogaína. No local, uma psicóloga, um médico e um enfermeiro foram presos em flagrante pelos crimes de falsificação de produtos destinados a fins terapêuticos ou medicinais e por associação criminosa. Outros profissionais ainda responderão pelos mesmos crimes, porém não estavam na clínica no momento das prisões.

Pacientes/vítimas ouvidos durante a investigação declararam que a substância era entregue por um enfermeiro, por prescrição de uma psicóloga, após palestra

realizada por um estagiário de psicologia, sendo que o médico psiquiatra responsável pelo paciente chegava a suspender a medicação contínua para que a ibogaína fosse ministrada.

"Alguns dos pacientes relataram que eram constrangidos a adquirir a substância para conseguirem alta. Os familiares chegavam a pagar R\$ 12 mil pela ibogaína, além de R\$ 30 mil pela estadia na clínica e mais R\$ 1,2 mil pela consulta com a psicóloga que prescrevia e indicava o tratamento com a substância ilegal", explica a delegada Aline Manzatto.

- **Padrão internacional: bombeiros concluem curso de protocolos da ONU para deslizamentos**

"A ibogaína não é licenciada para uso terapêutico no Brasil e levanta grandes preocupações quanto a sua segurança. A ibogaína interage com vários sistemas de neurotransmissores no cérebro. Nos últimos anos, relatórios alarmantes de complicações com risco de vida e casos de morte súbita associados à administração de ibogaína têm se acumulado", alerta a Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (SENAPRED) em nota técnica.

"As hipóteses dessas reações adversas estão correlacionadas à propensão da ibogaína a induzir arritmias cardíacas, sendo considerada por diversos estudos como neurotóxica e cardiotóxica e está ligada a várias mortes por parada cardíaca", complementa o documento.

A ação contou com a participação da Polícia Científica, Vigilância Sanitária, Promotoria de Piraquara, Conselho Regional de Medicina e Conselho Regional de Psicologia.

A PCPR solicita que pacientes que foram vítimas de clínicas que ofertaram tratamento com o uso de ibogaína procurem a Delegacia de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Decrisa) para que todas as medidas legais cabíveis sejam tomadas. A delegacia fica na Rua Desembargador Ermelino de Leão, 513, no bairro São Francisco, em Curitiba. O contato pode ser feito também pelos telefones (41) 3883-7120 e (41) 3383-7116 ou, ainda, via e-mail (**decrisa@pc.pr.gov.br**).